

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: CAUSAS PERSISTENTES

Beatriz Heitich da Silva Farias, Flávia Wagner

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10323>

Submetido em: 2024-10-31

Postado em: 2024-11-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: CAUSAS PERSISTENTES

BEATRIZ HEITICH DA SILVA FARIAS¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3390-9882>>

FLÁVIA WAGNER²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>>

¹ Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC, Brasil.

² Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC, Brasil.

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado na área da Educação. O objetivo foi de investigar os fatores que afetam a saúde dos professores que atuam na Educação Básica no período pandêmico e pós-pandêmico. Como pano de fundo, abordamos o cenário das políticas educacionais e os fatores que causam mal-estar docente. Para avaliar esse contexto, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso em uma escola pública no Sul de Santa Catarina. Foi aplicado um questionário com 37 professores, revelando três categorias: (1) Características Gerais dos Professores; (2) Saúde dos Professores na Educação Básica; e (3) Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente. A pesquisa evidenciou condições laborais precárias que impactaram negativamente a saúde docente. O período pandêmico e pós-pandêmico intensificou as doenças pré-existentes ligadas ao trabalho. Esses resultados reforçam a urgência de intervenções para um ambiente de trabalho mais saudável, crucial para o êxito educacional.

Palavras-chave: educação, condições de trabalho, saúde docente.

WORKING CONDITIONS AND TEACHER ILLNESS: PERSISTENT CAUSES

ABSTRACT: This article is the result of master's research in the field of Education. The objective was to investigate the factors that affect the health of teachers who work in Basic Education in the pandemic and post-pandemic period. As a background, we address the scenario of educational policies and the factors that cause teacher malaise. To evaluate this context, we developed qualitative research, a case study in a public school in the south of Santa Catarina. A questionnaire was applied to 37 teachers, revealing three categories: (1) General Characteristics of Teachers; (2) Health of Teachers in Basic Education; and (3) Impacts of the Pandemic and Post-Pandemic on Teacher Health. The research highlighted precarious working conditions that negatively impacted teaching health. The pandemic and post-pandemic period has intensified pre-existing work-related illnesses. These results reinforce the urgency of interventions for a healthier work environment, crucial for educational success.

Keywords: education, working conditions, teacher health.

CONDICIONES DE TRABAJO Y ENFERMEDAD DE LOS DOCENTES: CAUSAS PERSISTENTES

RESUMEN: Este artículo es resultado de una investigación de maestría en el campo de la Educación. El objetivo fue investigar los factores que inciden en la salud de los docentes que laboran en la Educación Básica en el período de pandemia y pospandemia. Como antecedente, abordamos el escenario de las políticas educativas y los factores que provocan el malestar docente. Para evaluar este contexto, desarrollamos una investigación cualitativa, un estudio de caso en una escuela pública del sur

de Santa Catarina. Se aplicó un cuestionario a 37 docentes, revelando tres categorías: (1) Características Generales de los Docentes; (2) Salud de los Docentes de Educación Básica; y (3) Impactos de la pandemia y la pospandemia en la salud de los docentes. La investigación destacó las condiciones laborales precarias que impactaron negativamente la enseñanza de la salud. La pandemia y la pospandemia han intensificado las enfermedades laborales preexistentes. Estos resultados refuerzan la urgencia de intervenciones para un ambiente de trabajo más saludable, crucial para el éxito educativo.

Palabras clave: educación, condiciones de trabajo, salud docente.

INTRODUÇÃO

A saúde dos professores na Educação Básica transcende as salas de aula, impactando diretamente a qualidade do sistema educacional e, conseqüentemente, a formação das futuras gerações. Este estudo mergulha em um contexto crítico, investigando o profundo impacto das condições de trabalho dos professores no cenário impulsionado pelo sistema capitalista, especialmente em sua saúde física e bem-estar emocional durante o período pandêmico e pós-pandêmico. Por meio de um estudo de caso realizado em uma escola da rede estadual de Tubarão, Santa Catarina, exploramos as dinâmicas complexas que envolvem o adoecimento docente, com foco nos desafios enfrentados nesses períodos.

Considerando o cenário pós-pandêmico brasileiro e seu impacto nas condições de trabalho no campo educacional, este estudo busca responder à seguinte questão: quais são os fatores que afetam a saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual no município de Tubarão, Santa Catarina?

Este artigo está estruturado em três itens, cada um explorando aspectos cruciais relacionados às condições de trabalho e à saúde dos professores da Educação Básica. a) Educação, condições de trabalho e saúde docente: precariedade em tempos de pandemia e pós-pandemia, lançamos um olhar profundo sobre a complexa interação entre os professores e o sistema capitalista; b) metodologia. Nesta seção, são destacados os elementos essenciais que compõem a metodologia do estudo. São abordados aspectos como a representatividade da amostra, a abordagem adotada na pesquisa e o instrumento específico utilizado para coletar os dados. Esses pontos são sintetizados para oferecer uma compreensão clara do processo metodológico empregado; c) Analisa os resultados obtidos através da investigação aplicada aos professores da Educação Básica na escola da rede estadual em Tubarão, Santa Catarina. Essa seção revela as percepções, opiniões e experiências dos docentes em relação às condições de trabalho e seus impactos na saúde; d) a última seção aponta as considerações finais desta pesquisa, destacando as descobertas mais relevantes e sua relação com os objetivos do estudo.

EDUCAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: PRECARIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA

Entender como as condições de trabalho dos professores na sociedade capitalista afetam a qualidade da educação e a saúde dos docentes é um desafio complexo que demanda análise abrangente das interações entre educação, condições de trabalho e o sistema capitalista.

Segundo Saviani (2005), a educação é essencial para a produção e reprodução social, indo além da transmissão de conhecimentos. Por outro lado, em consonância com a visão de Marx (2013), o sistema capitalista, focado no lucro, molda a educação, por vezes transformando-a em mera mercadoria.

Isso se reflete na observação de Oliveira (2004), que aponta a mercantilização da educação como impactante no trabalho dos professores, direcionando o ensino pelas demandas do mercado.

Essa pressão sobrecarrega os docentes, comprometendo a qualidade da educação e contribuindo para o adoecimento desses profissionais.

Para esclarecer esse cenário e suas ramificações no adoecimento dos professores, esta seção examinará o ambiente em que esses profissionais atuam.

A partir dos anos 90 no Brasil, as mudanças políticas e sociais refletiram o avanço do pensamento neoliberal e da globalização, exemplificados pelo Consenso de Washington. Estas políticas incluíram a abertura ao capital estrangeiro, a privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos (Shiroma et al., 2007). Essa conjuntura favoreceu a expansão das instituições de ensino privadas, em detrimento das escolas públicas, agravando as disparidades no acesso à educação de qualidade, comprometendo a formação de cidadãos críticos e reflexivos (Saviani, 2005).

Dentro deste contexto, a reestruturação produtiva, característica da acumulação flexível do capitalismo conforme apontada por Antunes (1995) intensifica o trabalho dos professores, exigindo disponibilidade constante e flexibilidade para atender às demandas do mercado. Esta dinâmica promove a polarização social e a precarização do trabalho, aprofundando as desigualdades sociais e aumentando a exploração dos trabalhadores.

Outro ponto a ressaltar na precarização das condições de trabalho docente são as Admissões em Caráter Temporário (ACT) dos professores. Embora respaldadas pela Constituição Federal de 1988 (inciso IX do art. 37) e pela legislação estadual específica, essas contratações contribuem para a precarização do trabalho docente, afetando a estabilidade e os direitos trabalhistas dos profissionais, e tendo um impacto negativo na qualidade da educação.

Adicionalmente, a estrutura sindical dos professores, em sua maioria, não abrange os docentes contratados, colocando-os em uma situação de considerável instabilidade. Isso é especialmente problemático, pois são esses professores contratados os que mais necessitam de melhorias nas condições de trabalho (Oliveira, 2021). Muitas vezes, para garantir seu sustento, os docentes se veem obrigados a trabalhar em mais de três escolas, o que resulta em uma sobrecarga excessiva de trabalho. Essa situação de múltiplas jornadas pode comprometer o bem-estar e a saúde emocional dos docentes, levando ao sofrimento e ao adoecimento (Martins, 2018).

Dentro dessa problemática, dados do Censo Escolar 2019 (Brasil, 2020a) revelam que mais de 560 mil professores na rede pública em todo o país possuem contratos temporários de trabalho. Nas escolas estaduais, esse número chega a 276 mil, representando 40% dos professores. Em comparação, a média de professores temporários nas redes municipais é de 25,5% em 2018 (Oliveira, 2021).

Outra pesquisa, realizada no Portal de Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, registrou um percentual de 56% de professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT) no período de junho de 2023. Essas ações podem ser compreendidas como reflexo das políticas educacionais influenciadas pelo sistema capitalista contemporâneo, que prioriza a redução de custos e a flexibilização das relações de trabalho em detrimento da valorização e estabilidade dos profissionais docentes (Costa, 2021).

Além das fragilidades mencionadas, o cenário se torna mais precário ao considerar a (des)valorização dos professores. Essa valorização depende de vários fatores, como condições de trabalho dignas, ambientes propícios para exercer suas funções, recursos adequados para atividades pedagógicas, reconhecimento da cultura e identidade dos professores, participação nas decisões educacionais, compromisso das instâncias governamentais em seguir as leis para garantir essa valorização, promoção de espaços de formação e reflexão e oferecimento de salários adequados. Um plano de carreira bem estruturado é essencial para reconhecer a qualificação e dedicação dos profissionais ao longo de suas trajetórias (Assunção e Oliveira, 2009).

Outro tema crucial nesta discussão é a formação de professores, objeto de crescente mobilização em estudos recentes (Libâneo, 2015). Embora a Constituição Federal de 1988 no Brasil não aborde detalhadamente a formação de professores, estabelece princípios e diretrizes fundamentais para o sistema educacional do país (Brasil, 1988).

A formação inicial dos professores é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), e por Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), como as Resoluções CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), CNE/CP nº

2/2019 (Brasil, 2019) e CNE/CP nº 1/2020 (Brasil, 2020b). Essas normativas buscam orientar a formação, visando à qualificação e valorização dos profissionais. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 estabeleceu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e continuada, valorizando a formação teórica e interdisciplinar, a integração entre teoria e prática, o trabalho coletivo e interdisciplinar, o compromisso social, a valorização do profissional da educação, a gestão democrática, além da avaliação e regulação dos cursos de formação (Dourado e Siqueira, 2022).

No entanto, em 2019, houve a revogação da Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), substituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019 (Brasil, 2019), seguida posteriormente pela implementação da Resolução CNE/CP nº 1/2020 (Brasil, 2020b). Esse desmonte representou um significativo retrocesso na formação dos professores. A nova Resolução CNE/CP nº 2/2019 impõe um modelo de centralização curricular e enfatiza a formação por competências, reduzindo a autonomia das universidades na proposição de seus projetos de formação (Dourado e Siqueira, 2022).

Essas mudanças acarretaram uma redução na carga horária da formação pedagógica e negligenciaram a importância da pesquisa e da extensão na preparação dos educadores. Esse cenário resulta em uma formação superficial e fragmentada, subestimando a importância da docência e comprometendo a qualidade do ensino no país. Ademais, a Resolução CNE/CP nº 1/2020, focada em competências e habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC; Brasil, 2017), reforça essa diretriz (Dourado e Siqueira, 2022).

A BNCC tem sido alvo de críticas significativas, especialmente quanto à sua elaboração sob influência política. Ao prescrever competências e estratégias metodológicas, restringe a autonomia dos professores, limitando sua flexibilidade para adaptar o ensino às necessidades individuais dos estudantes (Libâneo, 2019).

Após levantar cenário de fatores que afetam a saúde docente, vamos abordar as condições de trabalho durante a pandemia de COVID-19. Em meados do mês de março do ano de 2020, as escolas foram fechadas temporariamente, adotando nesse período a modalidade do ensino remoto. A rápida transição para o ensino remoto, a falta de preparação para lidar com novas tecnologias e demandas adicionais impactaram negativamente o panorama educacional e a saúde dos professores (Sheikh et al., 2020).

De acordo com Saviani e Galvão (2021), o ensino remoto foi adotado pelas instituições educacionais como uma alternativa para cumprir o calendário escolar, mas constatou-se que essa abordagem apresentou desafios significativos tanto para os professores quanto para os estudantes. Muitos professores enfrentaram dificuldades relacionadas à falta de acesso, qualificação e habilidades necessárias para utilizar as novas metodologias e ferramentas de ensino utilizadas no ensino remoto. Isso resultou em prejuízos nas práticas de ensino, no processo de aprendizagem dos estudantes e impactou negativamente a saúde física e emocional de ambos os envolvidos. Além disso, a falta de conectividade enfrentada por muitos estudantes levou à adoção de materiais impressos como alternativa, o que acentuou ainda mais a defasagem na aprendizagem e demandou esforços adicionais dos professores.

Para as autoras Silva e Santos (2022), a crise da COVID-19 impulsionou o ensino remoto, negligenciando desigualdades sociais. Isso acelerou a privatização educacional via plataformas digitais, precarizando o trabalho docente e moldando o "professor de plataforma". Por trás disso, há o enfraquecimento das condições de trabalho, agravado pela tecnologia como única saída na crise. Essas plataformas, multifuncionais, expõem excessivamente os professores ao monitoramento sem base pedagógica, minando sua autoridade. Essa dinâmica também se reflete na formação docente, terceirizada para entidades privadas, focando na tecnologia e resultando em práticas docentes dependentes de atualizações constantes e suscetíveis à obsolescência programada (Silvae Santos, 2022).

Diante do exposto, torna-se evidente a precarização das condições de trabalho dos professores, uma situação persistente que se agravou com a pandemia da COVID-19. Compreender esse contexto é crucial, pois permite refletir sobre os interesses e perspectivas subjacentes às políticas educacionais, e como estas impactam não apenas a qualidade do ensino, mas também as condições laborais dos professores e sua saúde.

Na próxima seção, abordaremos as principais doenças que têm afetado os professores, assim como os consideráveis desafios e o mal-estar que enfrentam.

PRINCIPAIS DOENÇAS PREVALENTES ENTRE PROFESSORES: O DESAFIO DO MAL-ESTAR DOCENTE

Para Olivar (2010), a saúde do trabalhador é permeada por uma história e uma perspectiva crítica. Abordá-la envolve analisar o processo laboral sob o viés marxista e considerar o trabalhador como agente social que busca condições de trabalho saudáveis sem comprometer seu bem-estar. A definição da OMS (2001) sobre saúde mental abrange bem-estar físico, emocional e social, não se limitando à ausência de transtornos mentais. Inclui também habilidades para lidar com o estresse, produtividade e contribuição para a comunidade.

Todavia, a contribuição para as comunidades, pode ser limitada pela exaustão causada pela intensificação do trabalho e pela falta de suporte institucional (Assunção e Oliveira, 2009).

No contexto educacional, surge o reconhecido "mal-estar docente". Autores como Araújo, Pinho e Masson (2019) e Pachiega e Miliani (2020) descrevem esse fenômeno como prejudicial ao desempenho educacional, impactando o equilíbrio psicológico e gerando angústia mental. Eles apontam elementos como exaustão, desmotivação, falta de recursos e capacitação insuficiente, frequentemente associados às condições precárias de trabalho. Destaca-se o conceito de doença na perspectiva de Martins (2018). A autora aborda a doença como um desdobramento do manejo inadequado do sofrimento. Se as estratégias adotadas para lidar com o desconforto não forem eficazes, isso pode levar à persistência do sofrimento e, eventualmente, ao surgimento de doenças. Essa condição, que impacta tanto a saúde mental quanto a física, indica um comprometimento mais profundo e duradouro da saúde.

O estudo de Assunção e Oliveira (2009) evidencia a correlação entre a exaustão provocada pela intensificação do trabalho e a fragilização da saúde dos professores, tornando-os mais vulneráveis a doenças.

Os professores enfrentam um ciclo contínuo de adoecimento em um cenário marcado pela precarização de suas atividades laborais. As exigências inerentes à carreira docente podem desencadear uma série de problemas de saúde, impactando diretamente sua qualidade de vida e propiciando o desenvolvimento de enfermidades. Entre as principais condições que afetam esses profissionais estão as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). As tarefas repetitivas, como escrever no quadro, transportar livros e permanecer longos períodos em frente a computadores corrigindo provas, podem resultar nessas condições dolorosas e limitantes, agravadas pela falta de ergonomia no ambiente de trabalho. Problemas musculoesqueléticos e dores nas costas são manifestações frequentes da intensificação do trabalho docente, muitas vezes relacionados a cargas horárias extensas e demandas excessivas que contribuem para má postura e problemas físicos (Assunção e Oliveira, 2009).

Ainda conforme os autores: "Ora, trabalhar sob pressão temporal pode desfavorecer o desenvolvimento de estratégias de autoproteção à saúde, como buscar a postura mais confortável, permanecer sentado com o dorso apoiado, evitar abuso vocal" (Assunção e Oliveira, 2009, p. 355).

Como mencionado pelos autores, outra condição bastante comum está relacionada à saúde vocal. A voz desempenha um papel fundamental para os professores, no entanto, em alguns momentos é necessário elevar o tom para serem ouvidos em salas de aula lotadas. Isso pode levar a problemas de rouquidão e a questões vocais, como o desenvolvimento de nódulos nas cordas vocais, impactando diretamente a saúde vocal dos educadores. Professores frequentemente buscam ter uma voz "forte" e "firme" para transmitir autoridade e controle sobre a classe. Por outro lado, uma voz "fraca" e "delicada" pode ser interpretada como fragilidade. No entanto, ao tentar ajustar suas vozes para atender a esses padrões desejados, podem desenvolver ajustes musculares inadequados, resultando em fadiga e alterações na qualidade vocal ao longo do dia de trabalho (Luchesi et al., 2009).

Em situações onde o ambiente está permeado por uma cacofonia de ruídos, é uma cena comum observar os professores esforçando-se para elevar o tom de suas vozes acima desse clamor

circundante (Assunção e Oliveira, 2009). Essa circunstância, que não apenas afeta a saúde vocal dos educadores, tem ramificações para a saúde estomacal, como ilustrado pelo refluxo gastroesofágico.

Este último, além de provocar desconforto no estômago, pode manifestar-se através de problemas na voz, criando um ciclo complexo de desafios para os profissionais. Importante notar que o estresse, proveniente das exigências constantes e do ambiente ruidoso, é um componente adicional que conecta esses elementos. O aumento da pressão para comunicar-se em meio ao barulho pode criar tensões não apenas nas cordas vocais, mas também no sistema digestivo, agravando o refluxo. Ao mesmo tempo, o estresse é um fator conhecido por influenciar ambos os problemas, criando uma interdependência intrigante.

O estresse é uma realidade comum para os professores, que enfrentam altas demandas emocionais e administrativas diariamente desencadeando a Síndrome de Burnout. A relação entre a Síndrome de Burnout e as doenças do aparelho circulatório é uma preocupação relevante nesse cenário. O estresse crônico associado ao Burnout pode ter impactos significativos na saúde cardiovascular dos professores. O estresse prolongado desencadeia reações fisiológicas no corpo que afetam a pressão arterial, a frequência cardíaca e a função dos vasos sanguíneos (Oliveira, Pereira e Lima, 2017).

A exposição constante a situações estressantes e a sensação de sobrecarga emocional podem contribuir para o aumento do risco de hipertensão arterial, insuficiência cardíaca e arritmias, que são doenças do aparelho circulatório. Além disso, a combinação de estresse crônico e Burnout podem agravar ainda mais esses riscos, criando um ciclo prejudicial para a saúde do coração e dos vasos sanguíneos (Gomes et al., 2016).

Dentro deste panorama, torna-se relevante mencionar a intensificação desta situação durante o período da pandemia do COVID-19.

Uma pesquisa conduzida pelo SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina) em 2020 e 2021, focada na saúde dos profissionais da educação, revelou a necessidade premente de investimentos na infraestrutura e valorização dos professores para garantir um ambiente de trabalho saudável. O estudo online contou com 47 questões, abordando o perfil dos participantes, as condições de trabalho durante a pandemia, a visão dos profissionais sobre o sistema educacional e aspectos ligados à saúde dos trabalhadores. Entre os participantes (1.357 respondentes), cerca de 65% relataram sentir pressão psicológica por produtividade, ansiedade e insegurança, enquanto 54,50% mencionaram esgotamento mental (Síndrome de Burnout), e 44% manifestaram medo de cometer erros (SINTE, 2020).

Sendo assim, o cenário apresentado é um alerta urgente para a necessidade de atenção e cuidado com a saúde dos professores, especialmente durante momentos de crise como o período pandêmico e pós-pandêmico do COVID-19.

Para Olivar (2010), a saúde do trabalhador é permeada por uma história e uma perspectiva crítica. Abordá-la envolve analisar o processo laboral sob o viés marxista e considerar o trabalhador como agente social que busca condições de trabalho saudáveis sem comprometer seu bem-estar. A definição da OMS (2001) sobre saúde mental abrange bem-estar físico, emocional e social, não se limitando à ausência de transtornos mentais. Inclui também habilidades para lidar com o estresse, produtividade e contribuição para a comunidade.

Todavia, a contribuição para as comunidades, pode ser limitada pela exaustão causada pela intensificação do trabalho e pela falta de suporte institucional (Assunção e Oliveira, 2009).

No contexto educacional, surge o reconhecido "mal-estar docente". Autores como Araújo, Pinho e Masson (2019) e Pachiega e Miliani (2020) descrevem esse fenômeno como prejudicial ao desempenho educacional, impactando o equilíbrio psicológico e gerando angústia mental. Eles apontam elementos como exaustão, desmotivação, falta de recursos e capacitação insuficiente, frequentemente associados às condições precárias de trabalho. Destaca-se o conceito de doença na perspectiva de Martins (2018). A autora aborda a doença como um desdobramento do manejo inadequado do sofrimento. Se as estratégias adotadas para lidar com o desconforto não forem eficazes, isso pode levar à persistência do sofrimento e, eventualmente, ao surgimento de doenças. Essa condição, que impacta tanto a saúde mental quanto a física, indica um comprometimento mais profundo e duradouro da saúde.

O estudo de Assunção e Oliveira (2009) evidencia a correlação entre a exaustão provocada pela intensificação do trabalho e a fragilização da saúde dos professores, tornando-os mais vulneráveis a doenças.

Os professores enfrentam um ciclo contínuo de adoecimento em um cenário marcado pela precarização de suas atividades laborais. As exigências inerentes à carreira docente podem desencadear uma série de problemas de saúde, impactando diretamente sua qualidade de vida e propiciando o desenvolvimento de enfermidades. Entre as principais condições que afetam esses profissionais estão as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). As tarefas repetitivas, como escrever no quadro, transportar livros e permanecer longos períodos em frente a computadores corrigindo provas, podem resultar nessas condições dolorosas e limitantes, agravadas pela falta de ergonomia no ambiente de trabalho. Problemas musculoesqueléticos e dores nas costas são manifestações frequentes da intensificação do trabalho docente, muitas vezes relacionados a cargas horárias extensas e demandas excessivas que contribuem para má postura e problemas físicos (Assunção e Oliveira, 2009).

Ainda conforme os autores: “Ora, trabalhar sob pressão temporal pode desfavorecer o desenvolvimento de estratégias de autoproteção à saúde, como buscar a postura mais confortável, permanecer sentado com o dorso apoiado, evitar abuso vocal” (Assunção e Oliveira, 2009, p. 355).

Como mencionado pelos autores, outra condição bastante comum está relacionada à saúde vocal. A voz desempenha um papel fundamental para os professores, no entanto, em alguns momentos é necessário elevar o tom para serem ouvidos em salas de aula lotadas. Isso pode levar a problemas de rouquidão e a questões vocais, como o desenvolvimento de nódulos nas cordas vocais, impactando diretamente a saúde vocal dos educadores. Professores frequentemente buscam ter uma voz “forte” e “firme” para transmitir autoridade e controle sobre a classe. Por outro lado, uma voz “fraca” e “delicada” pode ser interpretada como fragilidade. No entanto, ao tentar ajustar suas vozes para atender a esses padrões desejados, podem desenvolver ajustes musculares inadequados, resultando em fadiga e alterações na qualidade vocal ao longo do dia de trabalho (Luchesi et al., 2009).

Em situações onde o ambiente está permeado por uma cacofonia de ruídos, é uma cena comum observar os professores esforçando-se para elevar o tom de suas vozes acima desse clamor circundante (Assunção e Oliveira, 2009). Essa circunstância, que não apenas afeta a saúde vocal dos educadores, tem ramificações para a saúde estomacal, como ilustrado pelo refluxo gastroesofágico.

Este último, além de provocar desconforto no estômago, pode manifestar-se através de problemas na voz, criando um ciclo complexo de desafios para os profissionais. Importante notar que o estresse, proveniente das exigências constantes e do ambiente ruidoso, é um componente adicional que conecta esses elementos. O aumento da pressão para comunicar-se em meio ao barulho pode criar tensões não apenas nas cordas vocais, mas também no sistema digestivo, agravando o refluxo. Ao mesmo tempo, o estresse é um fator conhecido por influenciar ambos os problemas, criando uma interdependência intrigante.

O estresse é uma realidade comum para os professores, que enfrentam altas demandas emocionais e administrativas diariamente desencadeando a Síndrome de Burnout. A relação entre a Síndrome de Burnout e as doenças do aparelho circulatório é uma preocupação relevante nesse cenário. O estresse crônico associado ao Burnout pode ter impactos significativos na saúde cardiovascular dos professores. O estresse prolongado desencadeia reações fisiológicas no corpo que afetam a pressão arterial, a frequência cardíaca e a função dos vasos sanguíneos (Oliveira, Pereira e Lima, 2017).

A exposição constante a situações estressantes e a sensação de sobrecarga emocional podem contribuir para o aumento do risco de hipertensão arterial, insuficiência cardíaca e arritmias, que são doenças do aparelho circulatório. Além disso, a combinação de estresse crônico e Burnout podem agravar ainda mais esses riscos, criando um ciclo prejudicial para a saúde do coração e dos vasos sanguíneos (Gomes et al., 2016).

Dentro deste panorama, torna-se relevante mencionar a intensificação desta situação durante o período da pandemia do COVID-19.

Uma pesquisa conduzida pelo SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina) em 2020 e 2021, focada na saúde dos profissionais da educação,

revelou a necessidade premente de investimentos na infraestrutura e valorização dos professores para garantir um ambiente de trabalho saudável. O estudo online contou com 47 questões, abordando o perfil dos participantes, as condições de trabalho durante a pandemia, a visão dos profissionais sobre o sistema educacional e aspectos ligados à saúde dos trabalhadores. Entre os participantes (1.357 respondentes), cerca de 65% relataram sentir pressão psicológica por produtividade, ansiedade e insegurança, enquanto 54,50% mencionaram esgotamento mental (Síndrome de Burnout), e 44% manifestaram medo de cometer erros (SINTE, 2020).

Sendo assim, o cenário apresentado é um alerta urgente para a necessidade de atenção e cuidado com a saúde dos professores, especialmente durante momentos de crise como o período pandêmico e pós-pandêmico do COVID-19.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa baseada em estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário contendo questões abertas e fechadas, elaborado a partir da revisão da literatura e dos objetivos do estudo. O instrumento foi validado por meio de um pré-teste com um pequeno grupo de professores ($n = 3$), similar aos participantes da pesquisa, para verificar a compreensão das questões e identificar possíveis problemas.

Para este estudo, foi realizado um recorte temporal, considerando professores que atuaram na instituição entre 2020 e 2023, abrangendo a fase crítica da pandemia da COVID-19 e o período pós-pandêmico, elementos cruciais para o contexto da pesquisa. A amostra foi composta por 37 professores da Educação Básica da Escola Estadual de Educação Básica de Tubarão. Após validação, o questionário foi distribuído eletronicamente para os 37 professores por meio do WhatsApp.

A análise qualitativa dos dados seguiu a abordagem de Bardin (2020) chegando às seguintes categorias: Características Gerais dos Professores, Saúde dos Professores na Educação Básica, Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente e Estratégias para melhoria das condições de trabalho na saúde docente e na educação.

Ressaltamos que este estudo seguiu todas as normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos, conforme diretrizes nacionais e internacionais. Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos, procedimentos e potenciais riscos da pesquisa, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados coletados para fins científicos. Além disso, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A, sob o número de parecer 6.157.164 atendendo às exigências éticas para a condução da pesquisa.

No escopo deste estudo, a análise será direcionada, principalmente, para a subcategoria: Trabalho Docente e Suas Implicações, presente na categoria: Características Gerais dos Professores e também serão abordados aspectos relevantes das categorias 'Saúde dos Professores na Educação Básica' e 'Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente', com o intuito de fornecer uma visão ampla das implicações do contexto educacional na saúde e bem-estar dos professores, especialmente em relação ao cenário de crise gerado pela pandemia. A seguir segue a análise das categorias e subcategorias.

RESULTADOS E ANÁLISE

Neste item vamos apresentar as três categorias: Características Gerais dos Professores: trabalho docente e suas implicações; Saúde dos Professores na Educação Básica e Impactos da Pandemia e Pós-pandemia na Saúde Docente.

Na categoria 1 “Características Gerais dos Professores: trabalho docente e suas implicações”, serão analisadas as subcategorias relacionadas ao trabalho docente e suas implicações. Discutiremos os aspectos apresentados pelos professores, tais como Vínculo de Trabalho, Carga de Trabalho, Atuação em Múltiplas Escolas, Acumulação Flexível, Formação Docente, Remuneração, Autonomia, e outros fatores relevantes para compreender o contexto.

A primeira questão investigou o vínculo de trabalho dos professores na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina. As respostas evidenciaram uma distribuição considerável entre professores admitidos em caráter temporário (ACT) e efetivos, representando 54% e 46%, respectivamente. Este cenário reflete a insegurança no emprego, corroborando estudos anteriores (Oliveira, 2021).

Os resultados obtidos indicam uma realidade de sobrecarga de trabalho entre os professores, com 11% trabalhando de 0 a 20 aulas semanais, 67% de 21 a 40 aulas, e 22% de 41 a 60 aulas semanais. Esta situação reflete as adversidades nas condições laborais, firmemente respaldadas pelos resultados da pesquisa.

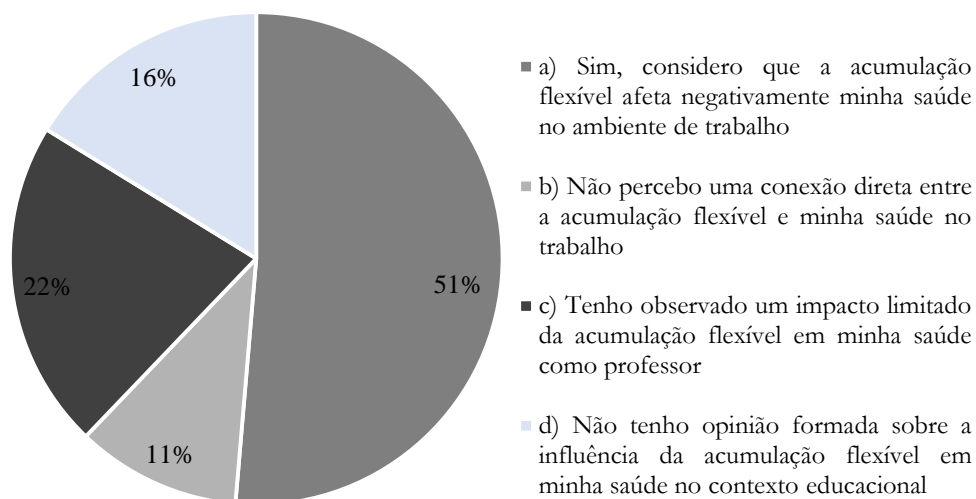
Quanto à remuneração, observou-se que 87% dos professores percebem os baixos salários como tendo um impacto negativo em sua saúde. A ausência de um plano de carreira adequado também é considerada prejudicial por uma parcela significativa (46%) dos docentes.

A análise sobre a precarização das condições de trabalho revelou que a maioria dos professores (51% concorda plenamente e 41% concorda parcialmente) considera que o ambiente de trabalho precário influencia negativamente em sua saúde.

Dentro desse contexto, ao analisar a questão sobre a desfavorabilidade das condições de trabalho atuais para a saúde, avaliada numa escala de 1 a 5 (1 - muito favorável; 5 - muito desfavorável), é relevante ressaltar que a resposta '3' pode refletir uma percepção média dos participantes". Esta resposta sugere que os professores estão conscientes dos desafios presentes em suas condições de trabalho, indicando a presença de fatores que impactam negativamente em sua saúde.

Outro elemento relevante é a "acumulação flexível". Cerca de 51% dos entrevistados afirmaram que essa prática afeta negativamente sua saúde no ambiente de trabalho (Figura 1).

Figura 1 – Acumulação Flexível e influências na Saúde dos Professores.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse cenário está em conformidade com a discussão sobre a intensificação do trabalho docente (Assunção e Oliveira, 2009) e a acumulação flexível demandada pelo mercado (Antunes, 1995).

Na questão da Formação Docente, 38% consideram as formações relevantes, mas outras direcionadas de forma limitada, enquanto 19% afirmam que as formações atuais não atendem às suas necessidades. Isso levanta questionamentos sobre a eficácia das formações oferecidas e seu impacto na autonomia dos professores (Libâneo, 2016). A falta de alinhamento entre as necessidades dos educadores e as formações disponíveis pode ter sérios impactos em sua saúde emocional e motivação. Cerca de 76% dos professores demandam formações voltadas para a saúde emocional, evidenciando a

necessidade de apoio emocional diante do ambiente estressante no trabalho docente (Assunção e Oliveira, 2009).

O Quadro 1 destaca os fatores de precarização do trabalho identificados pelos professores, revelando uma complexa teia de desafios que afetam diretamente suas vidas profissionais e emocionais.

Quadro 1 – Fatores de precarização do trabalho identificados pelos professores.

Subcategorias	Fatores	Quantidade de professores
Relação com os Alunos	Falta de Respeito e Desinteresse dos Alunos	7
	Indisciplina dos Alunos	4
Desafios das Condições de Trabalho	Tamanho das Turmas e Salas Superlotadas	4
	Falta de Autonomia e Burocracia Excessiva	4
	Excesso de documentos para preencher e falta de tempo para planejamento	4
	Desvalorização da profissão docente e Baixos Salários	6
	Ansiedade Relacionada à Instabilidade Contratual	1
Envolvimento das famílias	Ausência de Apoio das Famílias	5

Fonte:Elaborado pelos autores.

Em suma, a análise revela uma rede complexa de desafios que impactam diretamente a vida profissional e emocional dos educadores, enfatizando a necessidade urgente de aprimoramentos para salvaguardar seu bem-estar.

Esta análise prepara o caminho para a próxima categoria, “Saúde dos Professores na Educação Básica”, que se aprofundará nas percepções e experiências dos professores em relação à sua saúde física, emocional e mental, mantendo uma conexão direta com os desafios anteriormente discutidos.

Na categoria 2 “Saúde dos Professores na Educação Básica”, Os professores foram questionados sobre experiências de problemas de saúde relacionados ao trabalho docente no ano de 2023, que resultaram em afastamentos para tratamento médico. Aproximadamente 32% relataram enfrentar tais problemas, embora não tenham requerido afastamento médico. Preocupantemente, 22% afirmaram ter tido problemas de saúde relacionados ao trabalho que demandaram afastamento.

Ao analisar as respostas sobre a frequência de afastamento do trabalho por motivos de saúde, percebe-se que muitos professores não conseguiram evitar as implicações físicas e emocionais de sua profissão. Enquanto 43% afirmaram não ter precisado se afastar por questões de saúde, 30% mencionaram um afastamento, 11% duas vezes e 11% mais de quatro vezes. Essa alta frequência de afastamentos por motivos de saúde sugere que a pressão, a sobrecarga e as condições de trabalho podem contribuir para problemas físicos e emocionais entre os profissionais da educação.

Importante ressaltar que essas questões não devem ser consideradas como problemas individuais, mas sim como reflexos de um sistema educacional que exige cada vez mais dos professores, muitas vezes à custa de sua saúde e bem-estar.

Continuando neste contexto, ao abordar a presença de dores osteomusculares, como problemas na coluna, joelho, LER ou DORT, relacionadas ao trabalho docente, emerge uma imagem complexa que reflete as consequências das condições laborais sobre a saúde física dos educadores. Enquanto 35% afirmaram sofrer dessas dores, outros 35% não associaram tais dores às atividades profissionais. Adicionalmente, 30% expressaram incerteza ou desconhecimento sobre a relação das dores com as tarefas laborais.

A execução de tarefas repetitivas, como escrever no quadro ou corrigir provas, somadas à sobrecarga de trabalho devido a cargas horárias extensas e demandas excessivas, pode estar contribuindo para o desenvolvimento dessas condições dolorosas. A falta de tempo para cuidados de autoproteção à saúde, como mencionado por Assunção e Oliveira (2009), agrava a situação, resultando em posturas inadequadas e falta de atenção à saúde musculoesquelética.

Outros elementos importantes foram verificados ao explorar se os professores enfrentam problemas na fala e na audição. A maioria (65%) relatou não ter dificuldades nessas áreas em seus locais de trabalho. Entretanto, 22% mencionaram enfrentar problemas vocais e/ou de audição relacionados à profissão. Isso é relevante considerando a natureza frequentemente ruidosa das salas de aula, levando à observação de Luchesi et al. (2009) sobre os efeitos do aumento do tom de voz em ambientes barulhentos.

Além disso, questões sobre dores no sistema digestivo, como refluxo, gastrite ou úlcera estomacal relacionadas ao trabalho dos professores, destacam a interseção entre a saúde vocal e o sistema digestivo dos docentes. A maioria (57%) não reportou dores digestivas relacionadas ao trabalho, enquanto 22% afirmaram enfrentar esses problemas.

A interconexão entre as condições do ambiente escolar, questões de fala, audição e saúde digestiva destaca a necessidade de uma abordagem holística na promoção da saúde dos educadores. Reconhecer as demandas do ambiente de trabalho e adotar medidas abrangentes são fundamentais para criar um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento profissional (Ricci et al., 2020).

Outro aspecto pertinente nesta seção refere-se à saúde mental/emocional dos professores. Diante de problemas diagnosticados como depressão, Burnout, TDAH ou síndrome do pânico relacionados ao trabalho, notáveis 32% dos participantes atribuíram tais diagnósticos às demandas laborais. Esse dado corrobora a compreensão de que o mal-estar surge quando as exigências do trabalho excedem os recursos individuais e a capacidade de enfrentamento (Dejours, 1993).

Explorando doenças do aparelho circulatório, como hipertensão arterial, insuficiência cardíaca ou arritmias associadas ao estresse do trabalho, 24% dos professores relataram a presença dessas doenças. Isso evidencia como as pressões constantes e as adversidades do contexto educacional podem contribuir para manifestações físicas do mal-estar, corroborando a visão de Oliveira, Pereira e Lima (2017) sobre os efeitos do estresse crônico na saúde cardiovascular.

A influência das interações no ambiente escolar sobre a saúde dos professores também foi abordada. A dinâmica interpessoal emergiu como um fator significativo de mal-estar, com cerca de 68% dos educadores reconhecendo que tensões e conflitos têm um impacto negativo em sua saúde.

Por fim, questionamentos sobre o ambiente de trabalho e as condições precárias revelaram que 68% dos professores atribuem a inadequação do ambiente como uma contribuição significativa para o sofrimento emocional. Isso reflete a compreensão de que um ambiente de trabalho caracterizado por sobrecarga, falta de recursos e pressões administrativas pode ser propício à proliferação do mal-estar (Assunção e Oliveira, 2009).

Essas considerações lançam luz sobre os desafios enfrentados durante a pandemia e pós-pandemia, delineando a próxima categoria "Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente".

Na categoria 3 intitulada "Impactos da Pandemia e Pós-pandemia na Saúde Docente", realizamos questões direcionadas aos professores sobre a saúde docente durante o período de pandemia e pós-pandemia. Essas questões abordaram as emoções prevalentes dos professores nesses períodos em relação ao trabalho docente, avaliaram o estado atual da saúde mental/emocional e identificaram a percepção em relação a essa fase.

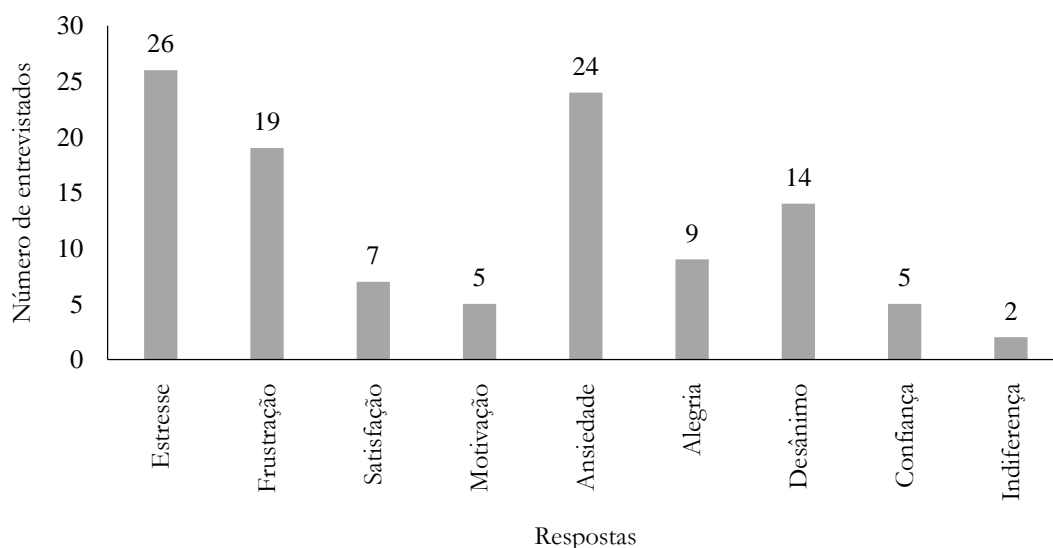
Além disso, buscaram compreender se houve intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho devido aos desafios enfrentados nesse contexto.

A análise das respostas às perguntas revela um panorama alarmante sobre a saúde mental e emocional dos professores durante o período pós-pandêmico. É notável a intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho, indicada por 46% dos participantes que afirmaram ter observado tal aumento.

A saúde mental dos professores também é afetada, com a maioria (51%) relatando que, embora se sintam bem em geral, ocasionalmente experimentam um leve desconforto emocional. O

estresse, a ansiedade e a frustração são as emoções predominantes, com 70%, 65% e 51% dos professores, respectivamente, escolhendo essas emoções como as mais frequentemente experimentadas em relação ao trabalho (Figura 2).

Figura 2 – Emoções dos Professores em Relação ao Trabalho Docente no Período Pandêmico e Pós-Pandêmico: Principais Experiências.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Essas conclusões refletem os achados de autores como Asmundson e Taylor (2020), Codo e Menezes (2000), Liang et al. (2020), Silva e Santos (2022), Saviani e Galvão (2021) e SINTE (2020), que consideram uma série de fatores contribuindo para o agravamento da saúde mental dos professores durante o período pandêmico e pós-pandêmico.

Diante desse contexto desafiador, torna-se imperativo abordar as condições de trabalho, a pressão tecnológica e as demandas excessivas enfrentadas por esses profissionais, a fim de criar um ambiente mais saudável e sustentável para os professores. Essa abordagem beneficiará não apenas a saúde mental dos docentes, mas também contribuirá positivamente para a satisfação desses profissionais. Isso refletirá diretamente na qualidade do ensino e na construção de um ambiente de aprendizado mais equilibrado e eficaz para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições de trabalho dos professores da Educação Básica revelou uma análise das condições de trabalho dos professores da Educação Básica revelou uma complexidade multifacetada que impacta diretamente sua saúde física, emocional e mental. Problemas de saúde relacionados ao trabalho, como afastamentos frequentes, dores osteomusculares e dificuldades vocais, destacam a urgência de mudanças significativas no ambiente educacional. Esses problemas de saúde não devem ser vistos de forma isolada, mas como reflexos de um sistema educacional que, historicamente, sobrecarrega e desvaloriza os professores.

Consequentemente, a sobrecarga de trabalho, os baixos salários, a falta de autonomia e a precarização das condições laborais criam um cenário desafiador para esses profissionais. A pesquisa mostrou que 87% dos professores percebem os baixos salários como um fator que impacta negativamente sua saúde, enquanto 51% acreditam que as condições precárias de trabalho influenciam diretamente o seu bem-estar. Além disso, a deficiência na formação e a falta de apoio emocional são problemas identificados que precisam de soluções urgentes.

Ademais, a pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios preexistentes, exacerbando a precariedade das condições de trabalho. Durante a pandemia, a rápida transição para o ensino remoto, sem o suporte tecnológico e pedagógico adequado, resultou em níveis elevados de estresse e ansiedade entre os professores. Cerca de 70% dos docentes relataram um aumento significativo nos problemas de saúde mental durante esse período, agravados pela falta de preparação e pelo isolamento social. A pressão para manter a qualidade do ensino em um ambiente virtual inadequado apenas intensificou o esgotamento e a insatisfação profissional. No período pós-pandêmico, esses problemas persistiram, com 46% dos professores observando uma intensificação das doenças relacionadas ao trabalho e 51% relatando desconforto emocional contínuo.

Dessa forma, a precarização das condições de trabalho dos professores é um reflexo de uma estrutura educacional que historicamente negligencia a importância do bem-estar docente. A sobrecarga de trabalho, os baixos salários e a falta de autonomia são componentes de uma longa trajetória de desvalorização profissional. Para mitigar esses impactos negativos, é essencial implementar intervenções específicas e concretas baseadas em dados empíricos.

Os dados da pesquisa revelam que a sobrecarga de trabalho e a baixa remuneração são fatores críticos que contribuem para o adoecimento docente. Para mitigar esses impactos, é necessário desenvolver políticas que não apenas aumentem os salários, mas também redistribuam a carga de trabalho de forma mais equilibrada. Modelos de remuneração que incluam incentivos por desempenho e desenvolvimento profissional contínuo podem melhorar significativamente a satisfação e a saúde dos professores. Além disso, a criação de programas de suporte psicológico e emocional é crucial para lidar com os altos níveis de estresse e ansiedade relatados durante a pandemia.

Além disso, a melhoria das condições de trabalho, como a redução do número de alunos por sala de aula, a simplificação de processos burocráticos e o investimento em infraestrutura escolar adequada, são medidas fundamentais para criar um ambiente de trabalho mais saudável e eficiente. O desenvolvimento de programas de saúde mental contínuos, que ofereçam suporte psicológico e emocional constante aos professores, é essencial para mitigar os efeitos do estresse e da exaustão. A valorização profissional deve ser uma prioridade, com políticas de valorização salarial, planos de carreira bem estruturados e formação continuada focada nas demandas atuais do ensino. Reconhecer o trabalho dos professores através de remuneração justa e oportunidades de desenvolvimento profissional é essencial para sua motivação e bem-estar.

Nesse contexto, a discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) é essencial. O PNE 2014-2024, sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, delineava 20 metas a serem alcançadas ao longo de uma década, visando promover a qualidade, a equidade e a inclusão na educação brasileira. No entanto, muitas dessas metas não foram plenamente atingidas, evidenciando desafios persistentes e a necessidade de revisão. Recentemente, a Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024, prorrogou a vigência do PNE até 31 de dezembro de 2025, justificando a necessidade de uma transição cuidadosa para o próximo plano decenal (Brasil, 2024). Contudo, é crucial questionar se essa prorrogação realmente serve à transição ou se é um reflexo das dificuldades políticas e administrativas em cumprir as metas estabelecidas. A falta de monitoramento eficaz, frequentemente influenciada por mudanças políticas e prioridades divergentes entre governos, tem sido um obstáculo significativo para a implementação das políticas do PNE. Essa prorrogação pode ser vista como um adiamento de responsabilidades que compromete a continuidade das melhorias necessárias na educação.

Portanto, para garantir a eficácia das políticas educacionais, é crucial adotar uma abordagem que promova a participação ativa dos professores na formulação e implementação das políticas educacionais. A valorização dos docentes deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de transformação social que busca promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos. Investir em infraestrutura escolar e recursos didáticos, monitorar e avaliar continuamente as metas estabelecidas e implementar políticas mais eficazes e equitativas são passos essenciais para alcançar esses objetivos e garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Além disso, é necessário considerar que a implementação dessas políticas deve ser acompanhada por um esforço conjunto de todos os atores envolvidos na educação, incluindo governos, instituições de ensino, professores, alunos

e comunidades. A cooperação e o diálogo entre essas partes são fundamentais para que as políticas sejam eficazes e para que as metas do PNE sejam alcançadas de maneira sustentável e inclusiva.

Além do apoio institucional e das políticas públicas eficazes, os professores também precisam reconhecer a importância de se unir em forças de luta de classe para alcançar melhorias significativas em suas condições de trabalho. É crucial que saiam do estado de conformismo e alienação, entendendo que a transformação do ambiente educacional exige uma mobilização coletiva. Embora a culpa pela precarização não recaia sobre os professores, a responsabilidade de lutar por mudanças substanciais e duradouras é compartilhada por todos. A união e a ação coletiva são essenciais para enfrentar os desafios e promover uma educação mais justa e equitativa.

Finalmente, a valorização dos professores deve ser uma prioridade para a sociedade como um todo. As condições de trabalho precisam ser melhoradas de maneira concreta e prática, não apenas para promover a saúde e o bem-estar dos educadores, mas também para garantir uma educação de qualidade para as futuras gerações. Este estudo espera servir como base para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes e sustentáveis, que reconheçam e valorizem a importância dos educadores no desenvolvimento da sociedade. Implementar políticas eficazes que reconheçam e valorizem a importância dos educadores é crucial para um sistema educacional sólido e resiliente. O bem-estar dos professores é a pedra angular para a construção de uma educação de alta qualidade. Investir na saúde física e mental dos educadores não é apenas uma questão de justiça, mas uma necessidade fundamental para o avanço educacional e o desenvolvimento integral da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.

ASMUNDSON, G. J. G.; TAYLOR, S. How health anxiety influences responses to viral outbreaks like COVID-19: What all decision-makers, health authorities, and health care professionals need to know. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 71, p. 1-2, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102211>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302009000200003>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00087318>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Brasília, 2020b. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22020.pdf?que%20ry=obrigatoriedade. Acesso em: 20 jun. 2022.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, São Paulo, v. 14, p. 29-48, out. 2000.

COSTA, M. F. **BNCC e trabalho docente temporário em SC**: subordinação, flexibilização e precariedade. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

DEJOURS, C. **Travail, usure mentale**: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail. Paris: Bayard Éditions, 1993.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva. **Textura – Revista de Educação e Letras**, Rio Grande do Sul, v. 24, n. 59, p. 55-77, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/227811.24.59-3>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOMES, C. M.; CAPELLARI, C.; PEREIRA, D. S. G.; VOLKART, P. R.; MORAES, A. P.; JARDIM, V.; BERTUOL, M. Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 2, p. 351-359, mar./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690219i>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SHIROMA, E. O.; MICHELS, M. H.; EVANGELISTA, O.; GARCIA, R. M. C. A tragédia docente e suas faces. In: Evangelista, O.; SEKI, A. K. (Orgs.). **Formação de professores no Brasil**: leituras a contrapelo. Araraquara: Junqueira & Marin, 2017.

LIANG, L.; REN, H.; CAO, R.; HU, Y.; QIN, Z.; LI, C.; MEI, S. The effect of COVID-19 on youth mental health. **Psychiatric Quarterly**, v. 91, n. 3, p. 841-852, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11126-020-09744-3>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, J. C.; ECHALAR, A. D. L. F.; ROSA, S. V. L.; SUANNO, M. V. R. (Orgs.). **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623646132>. Acesso em: 09 jun. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LUCHESI, K. F.; MOURÃO, L. F.; KITAMURA, S.; NAKAMURA, H. Y. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a ótica do professor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 673-681, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902009000400011>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARTINS, L. M. O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 11, p. 127-144, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ce marx.v0i11.11294>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVAR, M. S. P. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 102, p. 314-338, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-66282010000200007>. Acesso em: 02 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. S. D.; PEREIRA, M. S.; LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 609-619, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302004000400003>. Acesso em: 02 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. C. **Os indicadores primários e as consequências do mal-estar docente em organizações escolares brasileiras**. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a Saúde no mundo**. Saúde Mental: Nova concepção, Nova Esperança, 2001. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Relatorio>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PACHIEGA, M. D.; MILANI, D. R. C. Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. **Dialogia**, n. 36, p. 220-234, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.18323>. Acesso em: 04 maio 2022.

RICCI, G.; WOLF, A. E.; BARBOSA, A. P.; MORETI, F.; GIELOW, I.; BEHLAU, M. Sinais e sintomas de refluxo laringofaríngeo e sua relação com queixas e qualidade vocal. **CODAS**, São Paulo, v. 32, n. 5, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202018052>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, 2021.

SHEIKH, A.; SHEIKH, A.; SHEIKH, Z.; DHAMI, S. Reopening schools after the COVID-19 lockdown. **Journal of Global Health**, v. 10, n. 1, p. 1-3, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7189/jogh.10.010376> . Acesso em: 03 maio. 2022.

SILVA, M. M.; SANTOS, M. L. O perfil docente defendido pelo Banco Mundial. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 1-16, mar. 2022.

SINTE. Sindicatos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. **Pesquisa do SINTE/SC revela dados preocupantes em relação a saúde dos/as trabalhadores/as na educação**. SINTE, 2020. Disponível em: https://sinte-sc.org.br/Noticia/19739/pesquisa_saude_docente. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 - responsável pela produção e análise dos dados, bem como pela redação inicial do texto, considerando ser esse originado de uma dissertação de Mestrado.

Autor 2 - responsável pela leitura final do texto e orientação de toda a pesquisa que originou no mesmo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.